

Relato de dois Processos Migratórios entre Indígenas Brasileiros

Alexandro Machado Namem*

No presente artigo tenho como objetivo relatar processos migratórios vivenciados por determinados grupos indígenas dos Estados de Santa Catarina e Roraima. No primeiro caso, tomo como base a pesquisa que realizei, entre junho de 1988 e março de 1989, na área indígena de Ibirama, localizada em Santa Catarina a cerca de 100 Km a Sudoeste da cidade de Blumenau, com os índios Botocudo (Xokleng) e Kaingáng, falantes de línguas Jê (Namem, 1994). No segundo, considero a pesquisa que está sendo feita por um grupo de pessoas, o qual eu integro, entre os índios Macuxi, Taurepang e Ye'kuana (Maiongong), falantes de línguas Karib, e os índios Wapixana, falantes de língua Arawak, todos residentes na cidade de Boa Vista (capital de Roraima) e originários de áreas indígenas diversas do Estado (Namem et. al., 1995). Como esta última pesquisa está em fase inicial, o texto que segue neste particular é muito mais fruto da convivência dos integrantes do grupo com os indígenas e de algumas poucas entrevistas do que de pesquisa aprofundada.¹

As primeiras experiências dos Botocudo e Kaingáng em relação a trabalhar fora da área indígena, ocorreram em meados dos anos 1960, motivadas, segundo eles, pela falta de alternativas e pela precariedade da assistência do Serviço de Proteção aos Índios (SPI), inclusive em relação à saúde e educação. Esta migração teve continuidade ao longo dos anos 70 e reduziu-se sensivelmente nos anos 80. É difícil precisar o número de migrantes durante este período, mas certamente não foram muitos. Os empregos mais comuns eram em madeireiras, frigoríficos, malharias, de serviços gerais, cozinha e empregada doméstica, sobretudo nas cidades catarinenses de Rio do Sul, Ibirama e Blumenau. A partir de 1985, já sob a assistência da Fundação Nacional do Índio (FUNAI), estes migrantes retornam à

* Professor da UFRR.

¹ Somos gratos aos professores João Pacheco de Oliveira Filho (Museu Nacional-UFRRJ), Stephen Grant Baines (UnB), Júlio Cezar Melatti (UnB) e Edgard de Assis Carvalho (PUC-SP), pelos diálogos que conosco têm mantido sobre esta temática.

área indígena, pois havia a possibilidade de vender madeira, o que garantia a eles uma fonte de renda.

Recentemente obtive informações de que desde 1993 estes índios estão novamente saindo da área indígena, mais uma vez motivados, também segundo eles, pela total falta de meios de vida e assistência da FUNAI. Embora não possa precisar o número de migrantes e as atividades que estão realizando, são homens e mulheres na faixa dos 20 aos 40 anos que estão indo trabalhar nas cidades catarinenses de Blumenau e Itajaí.

Tanto antes como agora, aparentemente não houve e não há concentração residencial destes migrantes nas cidades referidas, o que também foi registrado por Fígoli (1982) ao estudar índios do rio Negro residentes em Manaus (Estado do Amazonas). Estas situações caracterizam-se quase como exceções, pois a concentração residencial tende a ocorrer tanto entre migrantes indígenas quanto não indígenas (conforme, por exemplo, Lazarin, 1981, Romano, 1982, Yancey et. al., 1976 e Oliven, 1992).

As atividades desempenhadas por estes indígenas, em cidades catarinenses, são semelhantes àquelas realizadas por grupos sociologicamente minoritários vivendo em contextos urbanos estudados no Brasil e em outras partes do mundo. São atividades que exigem baixa qualificação da mão-de-obra, como as registradas na África, entre os Zulus, por Gluckman (1987) nos anos 30; nos Estados Unidos da América, Inglaterra e África por pesquisadores diversos nos anos 60 e 70; no Brasil, entre os índios Terêna, por Cardoso de Oliveira (1968) nos anos 60 e, entre migrantes brasileiros, por Durham (1978) nos anos 70, bem como, entre índios amazônicos, pelos já citados Lazarin, Romano e Fígoli nos anos 80, e ainda no México por Din (1992) nos anos 90. O mesmo ocorre na situação de Roraima, conforme a seguir.

Pode-se dizer preliminarmente que a migração dos Macuxi, Wapixana, Taurepang e Ye'kuana para Boa Vista, caracteriza-se no geral como compulsória. Primeiro porque as áreas indígenas também não apresentam, segundo eles, condições para garantir integralmente as suas vidas, pois falta assistência efetiva da FUNAI. Segundo porque os mesmos têm uma série de necessidades, tais como obter determinadas mercadorias, fazer documentos, tratar doenças e estudar, as quais nas atuais condições precisam ser satisfeitas na cidade, além

de que alguns migram para trabalhar (conforme também Oliveira Filho, 1996). Entre os que migram para estudar, alguns acabam apenas trabalhando, por não terem condições de se manter na cidade sem uma atividade remunerada. É possível que a presença de parentes e a ideologia da vida fácil na cidade estejam influenciando como atrativos à migração.

Geralmente é o grupo familiar que migra, precedido por um dos seus integrantes ou tomando como referência algum parente residente na cidade. Este parente pode fornecer informações sobre trabalho e garantir inicialmente hospedagem e alimentação, recebendo muitas vezes dos hospedados produtos trazidos das áreas indígenas, como farinha, beiju e pimenta. Além disso, ocorre migração individual em duas faixas etárias: meninas de 8 ou 9 anos que vêm para Boa Vista trabalhar como babás, e jovens de ambos os sexos dos 15 aos 25 anos. A FUNAI estima que cerca de 12.000 indígenas residem em Boa Vista.

Chegando em Boa Vista, estes migrantes encontram um mercado de trabalho incipiente e sem muitas opções, uma vez que a economia do Estado é bastante dependente do setor público e a produção industrial é inexpressiva, com destaque para a produção de madeira, mobiliário e produtos alimentícios (arroz, leite e carne bovina). Assim, trabalham principalmente como funcionários públicos, vendedores ambulantes, jardineiros, auxiliares de pedreiro, lavadeiras, empregadas domésticas e comerciários, entre outros, enfim, atividades que na sua grande maioria não requerem qualificação da mão-de-obra. Existem também muitos estudantes e desempregados de ambos os sexos. Residem em determinados bairros, sobretudo São Vicente, 13 de Setembro e Asa Branca, podendo-se dizer, portanto, que há concentração residencial.

Aparentemente são mais as mulheres que ingressam no mercado de trabalho, talvez pelas oportunidades que este oferece e pela maior confiança que parecem inspirar aos regionais.

Como fatores que viabilizam a inserção desses migrantes no mercado de trabalho, pode-se provisoriamente apontar a carência generalizada de mão-de-obra em Boa Vista, a falta de conhecimentos por parte dos indígenas sobre direitos trabalhistas, e o fato de aceitarem trabalhos informais e baixos salários. Por outro lado, eles não consideram completamente desvantajoso trabalhar informalmente,

pois isto lhes garante maior mobilidade, inclusive porque visitam regularmente familiares nas áreas indígenas e alguns trabalham periodicamente na área rural do Estado em atividades agrícolas diversas e nos garimpos.

Entre os fatores que dificultam ou até impedem o ingresso no mercado de trabalho, estariam a falta de conhecimentos sobre a vida na cidade, instrução escolar e formação profissional, bem como a discriminação em relação a certos trabalhos que requerem, do ponto de vista do empregador, boa aparência e caligrafia. Limitações lingüísticas, isto é, o fato de não dominarem com fluência a língua portuguesa, e dificuldade de compreender o sistema monetário, muitas vezes inviabilizam também o ingresso no mercado de trabalho. Em algumas situações, a falta de documentos e o desconhecimento das leis trabalhistas por parte dos índios fazem com que as coisas se tornem ainda mais difíceis. Além do mais, a própria discriminação étnica parece estar na base destas dificuldades e impedimentos.

Percebe-se uma tendência por parte destes indígenas de fixarem-se em Boa Vista, pois, como já foi dito, as condições de vida nas áreas indígenas são muito precárias. Entretanto, através de assembleias e das posições e atitudes políticas das organizações indígenas existentes em Roraima (Conselho Indígena - CIR, Associação dos Povos Indígenas - APIR e Organização dos Professores Indígenas - OPIR), fica visível que o objetivo no geral é voltar e fixar-se nas áreas indígenas, desde que haja condições. Para tanto, reivindicam ao Governo Federal e Estadual a demarcação definitiva e integral das áreas indígenas e a implantação de projetos agropecuários no interior das mesmas.

De acordo com este relato e algumas das situações estudadas pelos autores acima referidos, a migração é produto da falta de assistência governamental e das condições precárias nas quais encontram-se as áreas indígenas brasileiras, embora haja exceções no que diz respeito aos motivos alegados para migrar. Os migrantes logo percebem que a vida na cidade é extremamente difícil para quem é etnicamente diferenciado e que quase tudo depende de dinheiro. Eles querem ficar nas áreas indígenas, pois preferem estar junto dos seus, nas suas terras. Valorizam suas vidas, tanto que sempre que podem regressam às áreas de origem.

Bibliografia

- CARDOSO DE OLIVEIRA, Roberto. Urbanização e Tribalismo: A integração dos Índios Terêna numa sociedade de classes.** Rio de Janeiro: Zahar, 1968.
- DIN, Anne Bar. "La Población Indígena en la Ciudad de México: algunos de sus problemas y exitos".** In: **Revista Mexicana de Sociología.** 1 (enero-marzo): 153-167, 1992.
- DURHAM, Eunice R. A caminho da cidade.** São Paulo: Perspectiva, 1978.
- FÍGOLI, Leonardo H. G. Identidad Etnica y Regional: Trayecto constitutivo de una identidad Social.** Disertación (Maestria en Antropología). Universidad de Brasília, 1982.
- GLUCKMAN, Max. "Análise de uma Situação Social da Zululândia Moderna".** In: FELDMAN-BIANCO, Bela (org.). **A Antropologia das Sociedades Contemporâneas.** São Paulo: Global, 1987. p. 227-344
- LAZARIN, Marcos A. A Descida do Rio Purus: uma experiência de contato interétnico.** Dissertação (Mestrado em Antropologia). Universidade de Brasília, 1981.
- NAMEM, Alexandro M. Botocudo: uma história de contacto.** Florianópolis: EdUFSC; Blumenau: Ed. da FURB, 1994.
- NAMEM, Alexandro, CARNEIRO, Orlando, FIORETTI, Elena, GONÇALVES, Roger, TOMAZ, Evilene, RODRIGUES, Lana. Trabalho e Marginalização Indígena em Boa Vista (Roraima).** IV Reunião de Antropólogos do Norte e Nordeste - Associação Brasileira de Antropologia. João Pessoa - PB, maio de 1995.
- OLIVEIRA FILHO, João Pacheco de. "Viagens de Ida, de Volta e Outras Viagens: os movimentos migratórios e as sociedades indígenas".** In: **Travessia: Revista do Migrante.** Centro de Estudos Migratórios. 24 (jan.-abr.): 5-9, 1996.
- OLIVEN, Ruben George. A Antropologia dos Grupos Urbanos.** Petrópolis: Vozes, 1992.

ROMANO, Jorge O. Índios Proletários em Manaus: El caso de los Sateré-Mawé ciudadanos. Disertación (Maestria en Antropología). Universidad de Brasília, 1982.

YANCEY, William L., ERICKSEN, Eugene P., JULIANI, Richard N. Emergent Ethnicity: "A Review and Reformulation". In: American Sociological Review. 41 (3): 391-403, 1976.